

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NO IFB

Deaf education Brazil: a case study at the Federal Institute of Brasilia

Safira Micaelle Andrade Prado¹
Rosa Amélia Pereira da Silva²

Resumo: Os surdos integram um grupo de minoria linguística e cultural e há anos são submetidos a processos de exclusão devido às práticas ouvintistas. Por isso, acredita-se que, uma das possibilidades para buscar alternativas que contribuam com a inclusão acadêmica e social dos surdos seja intervenções curriculares a partir da realidade e especificidades deles. Diante disso, percebeu-se a relevância de conhecer a trajetória acadêmica de um aluno com surdez congênita de um curso de graduação do Instituto Federal de Brasília – IFB, bem como o seu olhar sobre a função da Libras e da língua portuguesa na sua vida. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar os relatos deste aluno, evidenciando como ocorreu a aprendizagem da sua L2, a escrita da língua portuguesa, e a aquisição da língua de sinais – L1 e a partir disto contribuir com o desenvolvimento de propostas educacionais efetivas para a comunidade surda. Para isso, utilizou-se do instrumento entrevista semiestruturada, na qual estavam presentes as pesquisadoras, o sujeito estudo de caso e duas intérpretes de Libras que integram o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE/IFB. Essa pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e com enfoque qualitativo. Evidenciou-se a partir do relato do sujeito da pesquisa que as instituições educacionais, mesmo tendo avançado muito para atender à legislação, de maneira geral, ainda não estão preparadas para atender aos anseios da comunidade surda que deseja obter maior autonomia no processo de ensino-aprendizagem e nas relações cotidianas. Por isso, é salutar o avanço e consolidação do ensino bilíngue de surdos.

Palavras-chave: surdos, língua de sinais, língua portuguesa, ensino bilíngue.

Abstract: *Deaf people are part of a linguistic and cultural minority group and have been subjected to exclusion processes for years due to listening practices. Therefore, it is believed that one of the possibilities to seek alternatives that contribute to the academic and social inclusion of the deaf is curricular interventions based on their reality and specificities. Therefore, the relevance of knowing the academic trajectory of a student with congenital deafness in an undergraduate course at the Federal Institute of Brasília – IFB was perceived, as well as his view on the role of Libras and the Portuguese language in his life. In this sense, this article aims to present the reports of this student, showing how the learning of his L2 occurred, the writing of Portuguese language, and the acquisition of sign language - L1 and, from this, contribute to the development of effective educational proposals for the deaf community. For this, a semi-structured interview instrument was used, in which the researchers, the case study subject and two interpreters of Libras who are part of the Support Center for People with Special Needs - NAPNE/IFB were present. This research is characterized as a case study and with a qualitative focus. It was evident from the research subject's report that educational institutions, despite having advanced a lot to comply with the legislation, in general, are still not prepared to meet the aspirations of the deaf community that wants to obtain greater autonomy in the teaching process. learning and in everyday relationships. Therefore, it is healthy to advance and consolidate bilingual education for the deaf.*

Key-words: *deaf people, sign language, Portuguese language, bilingual education.*

¹ Mestre em Educação Profissional – ProfEPT. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2016). Pedagoga do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. E-mail: safiraandrades@gmail.com

² Mestre e doutora em Literatura e Práticas Sociais pela UnB, pós doutora em Literatura Moderna pela USP, professora do programa de Pós graduação em Rede Mestrado em Educação Profissional – ProfEPT – Campus Brasília. E-mail: rosa.amelia@ifb.edu.br

Introdução

A trajetória de vida dos surdos é marcada por representações de poder e políticas que os rotulam como “anormais”. Considerando esse paradigma, destaca-se a realização de intervenções para que os surdos cheguem o mais perto possível dos padrões desejáveis de sociedade. Numa tentativa de homogeneização da sociedade, o grupo pertencente à maioria ouvinte busca apagar a surdez utilizando-se de meios e ferramentas opressoras que Sacks (2010) denomina como “ouvintismo”. Com isso, os surdos que são pertencentes a uma minoria linguística e cultural são impedidos de exercer direitos e deveres básicos de cidadão, como a aquisição de uma língua, uma vez que é comum a desvalorização da língua de sinais em variados espaços e tempos.

Entre esses direitos negados à comunidade surda, podemos citar o acesso a uma educação pública de qualidade, uma vez que a falta de reconhecimento da língua de sinais como primeira língua da comunidade surda impede de forma expressiva o acesso aos conhecimentos sistematizados. Como exemplo das imposições ouvintistas, podemos observar registros históricos em que os surdos foram impedidos de opinar e votar em processos de criação de políticas públicas direcionadas a eles. Um evento que se tornou um triste marco na luta por uma educação que de fato atendesse às especificidades dos surdos foi o conhecido “Congresso de Milão” de 1880, sendo a primeira conferência internacional de educadores de surdos. Neste evento, os professores surdos não tiveram direito a voto e foi decidido que a concepção oralista de educação seria a melhor forma de trabalhar com surdos nas escolas.

O problema da pesquisa aponta para a descoberta de como ocorrem os processos de ensino-aprendizagem de surdos nas instituições educacionais brasileiras, bem como possibilidades de caminhos que favoreçam a superação do histórico fracasso escolar das pessoas surdas. Dessa forma, observaram-se práticas educativas que deslegitimam a surdez e a língua de sinais no processo de aprendizagem dos surdos em detrimento do ensino da língua portuguesa, as quais são embasadas na concepção ouvintista. Para responder ao problema proposto, realizou-se uma pesquisa com um aluno surdo do IFB.

O aluno sujeito da pesquisa possui surdez congênita e, como é comum na maioria das famílias de surdos, os pais são ouvintes e não possuem fluência em Libras. A pesquisa foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, composta por dez questões e mediada pelas pesquisadoras em conjunto com o NAPNE/IFB por meio de intérpretes de Libras.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: Introdução, um tópico sobre a educação inclusiva, outro sobre a inclusão educacional dos surdos, procedimentos metodológicos, resultados e discussões e as considerações finais do trabalho.

Educação inclusiva

No Brasil, vem crescendo nos últimos anos, as discussões que objetivam a inclusão das pessoas com deficiência nos mais variados ambientes de convívio social visando garantir o respeito à diversidade. Isso porque, há uma forte tendência na

sociedade em excluir os grupos que não se encaixam nos padrões hegemônicos impostos pelo sistema estabelecido. Trata-se de uma patologização das diferenças que é manifestada por representações sociais de opressão, nas quais o diferente é visto como anormalidade³, digno de pena e correção.

No contexto de construção de uma educação inclusiva que reconheça a diversidade presente nas escolas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB 9394/96, em seu art. 58, define como Educação Especial “[...] a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p. 24). Além disso, é prevista a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, para a “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2011, p. 1).

Contudo, as expectativas e necessidades humanas exigem mudanças mais profundas para favorecer condições de igualdade e liberdade para todos os sujeitos. Uma delas é a construção de currículos mais diversos e inclusivos, pois, conforme Silva (2001, p. 21), “[...] o currículo é uma arena de lutas e conflitos na compreensão do papel da escola em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico”. Portanto, para a democratização do ensino, faz-se necessário que haja o desengessamento curricular, viabilizando a problematização de quais os conteúdos, metodologias, avaliação, concepções de ensino poderão, de fato, contribuir para o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Para a construção de um sistema educacional inclusivo, não basta a garantia de vaga para todos; o desafio é ainda maior, trata-se da necessidade de repensar os projetos pedagógicos de forma a identificar as especificidades e interesses de todos os alunos envolvidos no processo de ensino para, assim, proporcionar-lhes as condições necessárias para o máximo desenvolvimento das suas habilidades cognitivas e sociais. Dentro dessa perspectiva, “a escola (professores, administradores e funcionários) deve estar preparada para adequar-se à realidade assumida e apresentar coerência diante do aluno e da sua família” (QUADROS, 1997, p. 29).

Segundo Kelman (2015), foi a partir da conhecida reunião de Salamanca de 1994 que o movimento da escola inclusiva adotou como ideia principal que todos os alunos, independente das suas diferenças, deveriam permanecer na sala de aula regular. Isso para a autora foi um problema para o movimento de inclusão educacional dos surdos, pois “a educação inclusiva, isto é, a educação de alunos que não pertencem à cultura dominante, só pode ser bem-sucedida se for impregnada de respeito às culturas minoritárias” (KELMAN, 2015, p. 49).

A autora justifica suas afirmações no recorrente fracasso escolar das pessoas surdas, mesmo diante de esforços para que elas aprendam. Isso porque, os alunos

³ O conceito de “anormal”, conforme Canguilhem (2006 apud NOGUEIRA, 2009) é aquilo que foge ao padrão de uma sociedade ou grupo social, causando discriminação, abandono ou indiferença.

surdos possuem singularidades que dificilmente são respeitadas em salas de aulas em que os professores desconhecem a cultura e língua desse grupo. O resultado desse movimento de considerar que todas as diferenças podem ser tratadas da mesma maneira reproduz a exclusão dos surdos e, com isso, “poucos chegam ao Ensino Médio, pouquíssimos à universidade, e contam-se nos dedos pesquisas produzidas por surdos. A maioria, depois de muitos anos de escola, sai dela como analfabeto funcional” (RANGEL; STUMPF, 2015, p. 117).

Assim, falar de educação inclusiva para as pessoas surdas vai além da matrícula em sala de aula regular com atendimento educacional especializado no contraturno. Trata-se da necessidade de o sistema educacional, as escolas e os professores assumirem uma postura ética de conhecer a identidade desse grupo que tem como um dos aspectos mais marcantes da sua diferença a utilização de uma língua visual-espacial. A partir desse aprofundamento sobre as especificidades dos surdos, será possível compreender a transformação que as escolas devem se propor. Diante do que discutimos aqui, entendemos que é necessário refletir sobre qual educação inclusiva os surdos lutam, não sendo possível realizar uma generalização das diferenças, pois o respeito à diversidade parte do reconhecimento da individualidade de cada um.

Dessa forma, no próximo tópico conversaremos sobre a perspectiva de educação inclusiva que muitos surdos e pesquisadores da área indicam como a mais apropriada para romper com os obstáculos impostos historicamente à comunidade surda.

A inclusão educacional dos surdos

Como conversamos no tópico anterior, a política nacional de educação do Brasil é atualmente embasada em uma proposta de inclusão de todos os alunos, preferencialmente, em salas de aula regulares. Parte-se da premissa que todos devem ter o direito ao convívio com a diversidade e que esta interação é positiva para o processo de desenvolvimento e construção de novas aprendizagens pelos alunos. No entanto, “as propostas de educação inclusiva nem sempre deixam claras as especificidades de cada necessidade educativa especial, provavelmente os problemas mais importantes surjam do equívoco de unir todas as diferenças sob uma mesma categoria” (TURETTA; GÓES, 2014, p. 83). Assim,

[q]uando se opta pela inserção do aluno surdo na escola regular, esta precisa ser feita com cuidados que visem garantir sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito por sua condição linguística e, portanto, de seu modo peculiar de ser no mundo. Isso não parece fácil de ser alcançado e, em geral, vários desses aspectos não são contemplados nas experiências inclusivas em desenvolvimento, pois a criança surda, com frequência, não é atendida em sua condição sociolinguística especial, não são feitas alterações metodológicas que levem em conta a surdez, e o currículo não é repensado, culminando em um desajuste socioeducacional (LARCEDA; LODI, 2014, p. 15, alteração nossa).

Logo, muitas propostas de educação inclusiva exercem a função de imergir os surdos na cultura do grupo social majoritário, os ouvintes. Elas são organizadas a partir de concepções que representam o ouvintismo que é uma “forma particular e específica, própria de uma sociedade de ouvintes, de ver o surdo, o que inclui representações e dispositivos pedagógicos carregados de uma significação de inferioridade, de primitividade” (SILVA, 2001, p. 18). Trata-se de uma visão hegemônica de sociedade, em que a surdez é vista como um mal que deve ser reparado pelos sistemas de ensino na busca pela uniformização da sociedade.

Diante disso, faz-se necessário pensarmos no fortalecimento de concepções educacionais que favoreçam a superação de práticas que limitam a capacidade de desenvolvimento das pessoas surdas. Estas práticas de imposição de poder utilizam-se do preconceito para justificar a negação da identidade surda e suas especificidades. Teske (2016) defende a importância de uma educação multicultural crítica, a qual exige uma ruptura dos paradigmas estabelecidos sobre a educação de surdos, sendo que nela, alunos ouvintes e surdos são motivados a alcançar trocas sociais emancipatórias, construindo um olhar crítico sobre o mundo. Para o autor, a perspectiva multicultural possibilita ao sujeito construir percepções de si, do outro e do contexto social e político onde está inserido.

Esse movimento contra-hegemônico possibilita que os alunos construam suas próprias visões de mundo, como um elemento essencial para a conquista da autonomia pelos sujeitos. É possível perceber que a relação entre surdos e ouvintes precisa ser ressignificada, devendo balizar-se no direito de o surdo construir sua identidade surda, ou seja, ter a liberdade de ser surdo. Assim, o multiculturalismo na educação é visto como possibilidade de democratizar a sala de aula por meio de atendimento direcionado às especificidades de cada aluno para garantir a igualdade de oportunidades, pois trata-se de um espaço que integra uma diversidade de alunos que não deve ser desconsiderada em nome de uma falsa inclusão (KELMAN, 2015).

Para a autora, garantir um processo de ensino eficiente aos surdos é essencial para desbarbarizar a educação deste grupo, o que é possível a partir de um currículo que leve em consideração as diferenças existentes em cada contexto escolar.

Nesse sentido, é importante entendermos que a propagação de discursos ideológicos dentro das escolas atende aos interesses do grupo privilegiado que rotula o surdo como doente e anormal, por isso precisa de intervenção para que “aprenda a ser ouvinte” (LUNARDI, 2016). Tal dominação ideológica tem colaborado para o fracasso escolar dos surdos e, para justificar as violências tanto simbólicas quanto físicas que são exercidas sobre esse grupo, a surdez tem sido classificada como incapacidade cognitiva de aprendizagem. Para Skliar (2016, p. 12), há uma necessidade de ruptura da ligação entre as propostas para a Educação de Surdos e a Educação Especial, pois, na segunda, os “surdos são definidos somente a partir de supostos traços negativos, percebidos como exemplos de um desvio de normalidade, no pior dos casos, ou de uma certa diversidade, no melhor dos casos.”

Conforme observa o referido autor, romper com essa organização social e educacional que rotula os surdos como deficientes é beneficiar a inclusão de um

grupo que continua marginalizado diante de um falso cenário de inclusão. Assim, diversos autores apontam a concepção bilíngue de educação como a mais apropriada para os interesses e especificidades dos surdos, que é uma abordagem que respeita a língua natural deste grupo. No caso do Brasil, a Libras é reconhecida como a língua materna dos surdos, por isso carrega a função de língua instrutora de todo o processo de ensino.

A partir de toda a discussão apresentada e visando a compreender melhor como se deu a formação de um aluno surdo diante de todos esses fatores, realizamos uma entrevista com o sujeito da pesquisa. Antes, porém, explicaremos qual o caminho percorrido para alcançar o objetivo deste trabalho.

Procedimentos metodológicos

De acordo com Gil (2008), o método pode ser entendido como o caminho para se chegar a determinado fim, englobando um conjunto de procedimentos e técnicas. A presente pesquisa possui característica exploratória, pois visou a conhecer as interperies e realidades presentes na formação de um aluno surdo, evidenciando como ocorreu o ensino da Língua Portuguesa - L2, e a aquisição da Língua de Sinais - L1.

Podemos dizer que o caráter exploratório se dá na tentativa de esclarecer e aproximar o pesquisador de determinado fato. Este tipo de pesquisa acontece principalmente quando o tema ainda é pouco explorado (GIL, 2008).

A pesquisa também possui enfoque na abordagem qualitativa. Conforme Minayo (2012), a matéria prima da pesquisa qualitativa é composta por um conjunto de substantivos que denotam experiência, vivência, senso comum e ação. Além disso, ela se baseia principalmente em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar. Esses verbos simbolizam o que pretendemos com extrair dessa pesquisa.

Para isso, escolhemos como instrumento de coleta a realização de uma entrevista com o sujeito da pesquisa na tentativa de diagnosticar suas experiências, práticas e expectativas com a língua portuguesa e também com a sua primeira língua, a Libras.

A entrevista

As dificuldades em superar o fracasso escolar dos surdos têm chamado a atenção de pesquisadores, os quais buscam compreender essa problemática e encontrar possibilidades de garantia dos direitos dos surdos. Porém, mesmo diante de toda a intenção em favorecer a inclusão desse grupo, muitas pesquisas costumam não ouvir os maiores interessados do processo que são as pessoas surdas. Tal fato, conforme leituras realizadas, tem reproduzido a imposição de conhecimentos e metodologias distantes das necessidades dos surdos e a continuidade da exclusão desse grupo, uma vez que as práticas pedagógicas não partem da perspectiva do surdo e não respeitam a sua condição de ser surdo.

Esse fato pode influir de certa forma para o fracasso escolar de quem é surdo. Cientes dessa realidade e visando a obter os caminhos adequados para o desenvolvimento desse estudo, realizou-se uma entrevista com o sujeito da pesquisa. A entrevista ora realizada se direcionou para a trajetória acadêmica do aluno surdo, sujeito dessa pesquisa, aluno do IFB. Buscou-se conhecer como ocorreu a aprendizagem da língua portuguesa – L2 em sua vida e a aquisição da língua de sinais – L1 e, bem como, entender qual a percepção dele sobre a função de ambas as línguas para o surdo. A entrevista foi mediada por um roteiro composto por dez questões.

Para a realização da entrevista, contamos com o apoio da equipe do NAPNE, a qual disponibilizou o espaço e duas intérpretes de Libras para a atividade. O registro desta atividade ocorreu com o auxílio de um dispositivo celular para gravação, a qual foi autorizada pelo aluno por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

No próximo tópico apresentam-se os resultados e as discussões estabelecidas com o sujeito da pesquisa.

Resultados e discussões

Conforme o próprio depoimento do sujeito deste estudo de caso, a aprendizagem da língua portuguesa ocorreu em sua vida pela exigência social, escolar e familiar. Ele advém de um contexto familiar em que o pai e a mãe são ouvintes e não possuem fluência da Libras. No decorrer da trajetória escolar, ele estudou a maior parte do tempo em escolas regulares de ensino, por isso vivenciou práticas de ensino-aprendizagem da escrita da língua portuguesa de forma descontextualizada, sendo também submetido a práticas de oralização. Quando adulto, participou por um curto período de um curso que ofertava o ensino bilíngue para pessoas surdas, adquirindo então maior fluência da escrita da língua portuguesa e também da Libras, sua L1. Contudo, demonstrou interesse em aperfeiçoar o aprendizado da escrita da língua portuguesa.

O entrevistado reconhece que a língua portuguesa está estruturada em “sujeito e predicado”, ou seja, nomes e verbos/ações. Ele domina alguns tempos verbais, apesar de usar mais comumente o tempo passado, com bastante recorrência o uso do infinitivo; revela dificuldade no uso dos conectivos entre termos e entre frases, uma vez que os surdos utilizam da estrutura da língua de sinais para construir seu pensamento e desenvolver suas funções superiores. Tais especificidades são marcas comuns na escrita da L2 pelos surdos, conforme aponta Brochado (2003) quanto aos estágios de interlíngua. Assim, tendo em vista que a língua natural dos surdos é construída pelo canal viso-espacial, é necessário respeitar essas especificidades linguísticas e buscar metodologias que atribuam sentido a aprendizagem da escrita da língua portuguesa.

O sujeito da pesquisa apresenta desejo em entender a conexão entre termos e entre frases/ideias. Outra questão muito importante para este aprendente entrevistado é entender quando uma ideia precisa de ponto, quando pode se

considerar que ela está finalizada, a diferença entre o uso do ponto, da vírgula, do ponto-e-vírgula. Nas perguntas deste estudante surdo do IFB, é perceptível a necessidade de contextualizar todos os significados da escrita da língua portuguesa para que eles sejam compreendidos.

Considerando as discussões teóricas a respeito da essencialidade do reconhecimento da Libras como a língua materna do aluno com surdez no Brasil, a primeira questão da entrevista dessa pesquisa buscou descobrir como ocorreu o processo de aquisição da mesma na vida do estudo de caso. Quanto a esse quesito, o entrevistado afirma que os primeiros contatos com a Libras ocorreram na escola, pois seus pais não dominavam essa língua e, por isso, a comunicação entre ele, a irmã que também é surda e a família acontecia mediante uma língua caseira. Mas o pesquisado afirma que a fluência em Libras veio tardiamente, sendo um fator considerável para o surgimento de obstáculos que ele relata ter vivenciado.

Nossa segunda questão foi direcionada em saber como e quando ocorreu o aprendizado da escrita da língua portuguesa na sua vida. O entrevistado afirma não ser possível apontar o momento exato em que ocorreu o aprendizado da L2, pois os ambientes onde ele convivia (família e escola) existiam muita influência do português. O pesquisado declara ter estudado em uma escola oralista de surdos, na qual era proibida a comunicação por meio da língua de sinais. Ele afirma que, por meio dessa metodologia de ensino, desenvolveu o aprendizado de palavras desconectadas, não existindo um contexto, o que o impedia de construir aprendizagens significativas. Diante desses percalços, o aluno entrevistado acredita que começou a compreender a estruturação da L2 com cerca de 20 anos, por meio da mediação das tecnologias digitais, as quais os possibilitaram enxergar as palavras em um contexto social e também pela participação no curso de ensino bilíngue para surdos.

Com relação aos motivos que o levaram a aprender a L2, o entrevistado explica que, mesmo diante do fato de seus pais possuírem uma curta trajetória acadêmica, eles sempre o incentivaram a aprender a língua portuguesa, refletindo o que diversos autores apontam sobre a imposição da língua da maioria ouvinte sobre os surdos, uma vez que não foi dado o mesmo enfoque à língua de sinais.

Quanto às maiores dificuldades que o entrevistado enfrenta na aprendizagem da língua portuguesa, foram apontadas a escrita e leitura de textos longos. Além disso, ele menciona dificuldades em compreender os tempos verbais e finaliza afirmando que tudo no português é difícil.

A quinta pergunta questionava se houve professores na educação básica que respeitaram as suas especificidades enquanto pessoa surda. Infelizmente, a afirmação foi que nenhum professor havia respeitado as suas especificidades educacionais e linguísticas, os quais direcionavam as práticas pedagógicas sempre em busca da oralização. Diante disso, o entrevistado afirma que o tempo em que esteve na escola era direcionado, na maioria, para brincadeiras; não havia dinâmicas que o auxiliassem no seu desenvolvimento cognitivo e, com isso, as aprovações ocorriam de qualquer maneira.

Quando questionado sobre a sua percepção se a comunicação em Libras seria suficiente no ambiente acadêmico, o entrevistado reafirma a importância da L2 para o seu desenvolvimento, tendo em vista que os livros do seu curso, em sua maioria, são em português e a falta desse conhecimento o tornaria mais dependente de intérpretes. Isso poderia impedir o desenvolvimento da sua autonomia. Além da importância da língua portuguesa, o estudo de caso evidenciou a relevância da língua de sinais para os surdos, destacando a necessidade de estas duas línguas caminharem juntas nas instituições educacionais.

A sétima questão foi se, no IFB, os seus professores se preocupam com metodologias diferenciadas entre alunos surdos e ouvintes. O entrevistado afirma que nenhum professor realizou essa adequação curricular até o momento. Contudo, ressaltou o papel desempenhado pelos intérpretes de Libras, os quais o acompanham em todas as aulas para mediar o processo de ensino-aprendizagem desde o segundo semestre do curso.

A questão seguinte questionou se ele sugeria alguma metodologia de ensino que pudesse colaborar com a aprendizagem da escrita da língua portuguesa para alunos surdos. O entrevistado acredita que devem ser utilizadas dinâmicas, nas quais elementos visuais sejam priorizados, tendo como foco a contextualização da estrutura do português por meio de recursos imagéticos.

A nona questão indagou se o entrevistado percebia-se preparado para ler e escrever em português. Sua afirmação foi negativa, pois entende que ainda há um longo caminho para a aprendizagem da escrita da língua portuguesa. Para o pesquisado, a leitura de livros torna-se complicada, pois são textos longos e alguns com a linguagem rebuscada.

Para finalizar a entrevista, questionamos se ele considerava o ensino ofertado pelo IFB inclusivo para a comunidade surda. O sujeito da pesquisa caracterizou-o como “péssimo” o ensino do IFB ofertado para os surdos. Como ponto positivo, ele apontou a presença dos intérpretes de Libras. Porém, o pesquisado defende a necessidade dos professores se atentarem para o acolhimento do aluno surdo. Finalizou a resposta dizendo que dos professores do seu curso, apenas uma professora estava buscando acolhê-lo.

Refletindo sobre a aprendizagem dos surdos, o caso estudado ressalta que o melhor seria a oferta de um ensino bilíngue. Isso porque, acredita-se que, no processo de ensino inclusivo, a língua majoritariamente utilizada sempre terá vantagem sobre a língua de sinais. Devido a isso, o aluno entrevistado sugere a necessidade do IFB repensar seu currículo, pois quando se usam duas línguas, as duas devem ser respeitadas de forma a não existir superioridade de uma sobre a outra.

O entrevistado manifesta tristeza em relação à dependência que os surdos possuem de intérpretes e da família para se comunicarem. Quanto à comunicação entre o sujeito e seus colegas de curso, ele pontua que, apesar de acontecer, ela é limitada, não colaborando com seu desenvolvimento da forma que poderia. Além disso, o entrevistado afirma que sente falta do português em sua vida, pois alimenta grande interesse por informação e conhecimento.

Quando questionado se teria alguma sugestão para a realização de propostas pedagógicas que pudessem auxiliá-lo na aprendizagem da escrita da língua portuguesa, o entrevistado alega que o aspecto visual deveria ser priorizado nas propostas de ensino dos surdos e que os professores deveriam pensar em cada indivíduo, pois os surdos não são iguais e, por isso, possuem habilidades e dificuldades diferentes. Com isso, expressou a necessidade de se pensar em metodologias que atendam cada surdo individualmente. Referindo ao seu próprio desenvolvimento, espera desenvolver rapidamente maior fluência na escrita da língua portuguesa, tendo em vista a necessidade que possui de ser independente e de realizar leituras mais rápidas de livros.

Diante dos dados obtidos na entrevista, observou-se a necessidade do fortalecimento de metodologias para o ensino da escrita da língua portuguesa para surdos a partir da Pedagogia Visual, haja vista que o uso das imagens foi apontado pelo sujeito da pesquisa como favorável para a compreensão dos textos escritos na sua L2, um caminho que possibilita o alcance do ensino bilíngue. Skliar (2016), ao discutir sobre as potencialidades e capacidades visuais dos surdos, aponta que a surdez é uma experiência visual e que, por isso, para existir uma interação com o mundo é necessário vivenciar a visualidade.

Conclusão

Os dados obtidos nessa pesquisa indicam que os primeiros contatos com a escrita da língua portuguesa pelo sujeito entrevistado ocorreram de forma descontextualizada. Essa aprendizagem foi imposta a ele por exigências sociais, escolares e familiares. Ele só obteve maior fluência da escrita da língua portuguesa quando adulto, após a realização de um curso bilíngue e também pela utilização de redes sociais. Em relação a Libras, os primeiros contatos foram na escola, uma vez que seus pais não possuem fluência em Libras e a comunicação, perante a família, se dava por uma língua caseira.

Durante a maior parte de sua vida estudou em escolas regulares de ensino e na visão dele, nenhum professor respeitou as especificidades do aluno surdo, e sempre priorizava a busca pela oralização e as atividades, quando criadas em sala, se direcionavam principalmente para brincadeiras, e não auxiliavam no seu real desenvolvimento.

O sujeito também revelou possuir grandes dificuldades no uso de conectivos entre termos e entre frases, bem como em compreender tempos verbais, uma vez que a sua língua materna não possui a mesma estrutura. Talvez isso acontecesse pela ausência de profissionais com formação bilíngue na sua trajetória acadêmica.

Não se pode esquecer que a língua natural dos surdos é construída pelo canal viso-espacial, e dessa forma, é necessário respeitar as suas especificidades linguísticas e ao mesmo tempo buscar por práticas educativas que atribuam sentido à aprendizagem de leitura e escrita de textos na estrutura da língua portuguesa. Inclusive, a partir da entrevista com o sujeito surdo pesquisado, se torna perceptível a

necessidade de contextualizar todos os significados da L2 para que eles possam ser compreendidos.

Para isso, fica claro a necessidade que se tem de priorizar as questões visuais e também a necessidade de ambas as línguas caminharem juntas nos processos educativos dos surdos. É preciso pensar e repensar os currículos para o ensino de surdos se o que se almeja é uma educação verdadeiramente inclusiva para esse grupo.

Além disso, um fator muito importante, e que vai além das metodologias é o acolhimento adequado que deve ser dado aos estudantes surdos e isso não acontece apenas por meio dos intérpretes, os quais tem papel de fundamental importância, mas por meio de atitudes dos profissionais da educação que se coadunem em dispensar a devida atenção que os surdos necessitam.

Nesse sentido, o estudo aponta que as instituições educacionais, de maneira geral, apesar dos avanços exigidos por lei, ainda não estão preparadas para atender os surdos de forma efetiva, sendo que o atendimento se limita principalmente à disponibilização de intérpretes em Libras e à compreensão das necessidades dos surdos por ouvintes. A pesquisa mostrou que somente isso não é suficiente para atender aos anseios da comunidade surda, que deseja superar o histórico fracasso escolar vivenciado e, para isso, precisa ser respeitada na sua particularidade.

Os resultados almejados oportunizaram reflexões sobre as quais evidenciou a necessidade de colocar em prática propostas curriculares bilíngues que atendam aos surdos para a promoção do ensino-aprendizagem que os tornam autônomos no processo educacional, bem como dar a liberdade e o respeito de que necessitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-

[2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BROCHADO, Sônia Maria Dechandt. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira**. Assis: UNESP. Tese de Doutorado, 2003.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102476>. Acesso em: 16 nov.2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

- KELMAN, Celeste. Multiculturalismo e surdez: respeito às culturas minoritárias. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. Ensino aprendizagem do português como segunda língua: um desafio a ser enfrentado. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (Org.). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- LUNARDI, Márcia Lise. Cartografando estudos de surdos: currículo e relações de poder. *In*: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência e saúde coletiva*. v. 17, n.3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- RANGEL, Gisele Maciel Monteiro; STUMPF, Marianne Rossi. A pedagogia da diferença para o surdo. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. 1. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2010. Título original: *Seeing voices: a journey into the world of the deaf*.
- SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do surdo**. 4. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
- SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em Educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- TESKE, Ottmar. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas. *In*: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.